



MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

Pregão Eletrônico Nº 12/2026

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

NOME DE FANTASIA:
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
INSC. EST.:
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )
ENDEREÇO:
Cidade:
TELEFONE:
EMAIL:
Representante Legal:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
1	Serviço de locação/comodato de Licença de PABX IP para até 300 ramais, incluindo URA integrada e pacote de minutos ilimitados para chamadas locais e nacionais, tanto para telefones fixos quanto móveis. Assinatura de linhas com minutos ilimitados para chamadas fixas e móveis em âmbito nacional, incluindo portabilidade de 38 números. Fornecimento de 50 terminais IP sem fio acompanhados de 14 bases para operação dos terminais sem fio. Fornecimento de 215 aparelhos telefônicos IP com suporte a PoE. Fornecimento de 5 telefones IP com recursos avançados para uso por telefonistas, incluindo 5 módulos de expansão compatíveis. Fornecimento de 30 headsets monoauriculares profissionais e 30 licenças de softphone. As características técnicas completas encontram-se descritas no ANEXO I.	Mês	12		
TOTAL:					

A empresa: ..... declara que:



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Estão incluídas no valor cotado todas as despesas (de qualquer natureza) sejam elas tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, transporte de material e de pessoal, acomodações e despesas com os funcionários da contratada que executarão os serviços (alojamento, transporte, refeição, encargos sociais, trabalhistas, etc.) e demais despesas referentes à execução do objeto.

- 1 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 2 Execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referencia (anexo I) Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

local e data

---

assinatura do responsável



MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXO IVI – MINUTA DO CONTRATO

### EDITAL Nº 40/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

O **MUNICÍPIO DE IVOTI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Presidente Lucena, 3527, na cidade de Ivoti/RS, com CNPJ nº 88.254.909/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. **ALEXANDRE DOS SANTOS**, ora denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, por outro lado a empresa ....., representada por , Sr. , sediada à , nº , em , inscrita no CNPJ/MF sob nº , Inscrição Estadual nº , de ora em diante denominada **CONTRATADA**, deliberam firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 14.133/2021, bem como ao Pregão Eletrônico nº 12/2026:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS E BASE LEGAL

Este contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme edital nº 40/2026 - Pregão Eletrônico nº 12/2026.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de comunicação com solução de telefonia unificada do Município com o fornecimento de todos os equipamentos necessários e suporte técnico, garantindo pleno funcionamento da solução, conforme Descritivo Técnico - Anexo I e Termo de Referência, Anexo II.

**2.2. A prestação dos serviços deverá atender a todos os requisitos do Descritivo Técnico (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo II).**

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 106, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou prazo inferior havendo concordância de ambas as partes.

3.3. Será admitido, desde que motivado pelo CONTRATADO, o reajuste do valor mensal da prestação dos serviços com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da proposta, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

3.4. A CONTRATADA deverá implantar o novo serviço de telefonia até o dia 20 de março de 2026.

3.5. O comodato terá início a contar de 21.03.2026.

3.6. Entende-se por implantação a parametrização do PABX IP, treinamento e capacitação de pessoas, importação de dados a nova central telefônica, configurações de ramais IP.

3.7. Ocorrerá permanente assessoramento ao corpo de fiscalização nas questões relativas à telefonia.



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.8.. A empresa contratada deverá atender aos requisitos técnicos e operacionais, assegurando a prestação do serviço com qualidade, segurança, compatibilidade e desempenho adequado às necessidades da administração pública municipal.

3.9. Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1.O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valor conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT	TOTAL
1	Serviço de locação/comodato de Licença de PABX IP para até 300 ramais, incluindo URA integrada e pacote de minutos ilimitados para chamadas locais e nacionais, tanto para telefones fixos quanto móveis. Assinatura de linhas com minutos ilimitados para chamadas fixas e móveis em âmbito nacional, incluindo portabilidade de 38 números. Fornecimento de 50 terminais IP sem fio acompanhados de 14 bases para operação dos terminais sem fio. Fornecimento de 215 aparelhos telefônicos IP com suporte a PoE. Fornecimento de 5 telefones IP com recursos avançados para uso por telefonistas, incluindo 5 módulos de expansão compatíveis. Fornecimento de 30 headsets monoauriculares profissionais e 30 licenças de softphone. As características técnicas completas encontram-se descritas no ANEXO I.	Mês	12		

### CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1.O pagamento será efetuado mensalmente, conforme a execução dos serviços e mediante a comprovação de cumprimento das etapas previstas. As formas e condições de pagamento são as seguintes:

5.1.1. Os pagamentos somente serão liberados mediante apresentação de:

- a)Nota fiscal devidamente emitida pelo contratado, assinada pelo Gestor do Contrato.
- b)Relatórios detalhando o cumprimento das etapas contratadas, validados pelo Fiscal e Gestor do Contrato;

5.1.2.O pagamento será feito por depósito bancário, em conta de titularidade do contratado, no prazo máximo de 30 dias após o aceite formal da entrega dos serviços.

5.2 Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS, prevista na IN RFB nº 2.110/2022, salvo em caso de lei específica.

5.3. – As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.40.14.00.00.00 – Telefonia Fixa e móvel - Pacote de Comunicação de Dados

3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação

**5.4** – Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, deverá ser observado o disposto no art. 64, da Lei Federal nº 9.430/1996 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la.

**5.5.** Caso sejam identificadas falhas ou não conformidades em qualquer serviço ou produto entregue, poderá ocorrer a retenção proporcional do valor correspondente, até que as irregularidades sejam corrigidas.

**5.6.** Quaisquer correções ou ajustes necessários deverão ser realizados sem custos adicionais para a Administração Pública.

### **CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis que venham a inviabilizar ou modificar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores, tanto para aumentar ou diminuir os valores, visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado.

Parágrafo único O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1.O Gestor do Contrato designa como fiscalizador do presente contrato o Sr. Paulo Roberto Pohren.

a) Dentre as responsabilidades do(s) fiscal ou fiscais, está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

b) Fica designado como Gestor do presente contrato, o Secretário de Administração, Sr. Leandro Luiz Scherer.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

#### **8.1.São obrigações da Contratante:**

a) Designar Gestor e Fiscal(is) Técnico do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

b) A contratante deverá garantir as condições necessárias para a instalação dos equipamentos, como espaço físico adequado, fornecimento de energia elétrica e conectividade de rede.

c) A contratante deve fornecer à contratada o acesso físico e remoto, quando necessário, às suas instalações para realizar a instalação, manutenção ou qualquer atividade técnica relacionada ao contrato.

d) A contratante deve especificar suas necessidades de forma clara, incluindo o número de ramais, linhas, troncos, usuários e demais informações necessárias para dimensionamento da solução na reunião de Projeto de implantação.

e) A contratante deve realizar os pagamentos à contratada conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato.

f) receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

g)A Contratante compromete-se a notificar a Contratada sobre quaisquer falhas, defeitos, ou interrupções nos serviços prestados, por meio da abertura de um chamado técnico junto ao sistema de atendimento da Contratada.

h)Em caso de extravio, perda, ou furto do equipamento locado, o contratante deverá informar a contratada imediatamente, em um prazo máximo de 24 Horas após a constatação do fato, além de registrar um Boletim de Ocorrência junto às autoridades competentes.

i) Em caso de extravio, furto ou dano irreparável ao equipamento, o locatário será obrigado a indenizar o locador no valor de reposição do equipamento, de acordo com a cotação atual de mercado.

### **8.2. São Obrigações da CONTRATADA:**

a) Indicar formalmente representante da empresa que tratará diretamente com o gestor e fiscal do contrato.

b) A contratada deverá fornecer e instalar todos os equipamentos especificados no contrato e garantir que estejam em pleno funcionamento;

c) A contratada deve fornecer suporte técnico e manutenção corretiva e preventiva durante a vigência do contrato, garantindo o funcionamento contínuo do sistema;

d) A contratada deve realizar o treinamento necessário aos funcionários da contratante para que possam operar e administrar o sistema de telefonia (PABX IP e demais componentes) corretamente.

e) A contratada deve substituir, sem ônus adicional, quaisquer equipamentos que apresentarem defeitos durante o prazo de locação, desde que não ensejados pela contratante.

f) A contratada deve garantir que todos os serviços fornecidos estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

g) Durante a vigência do contrato, a contratada é responsável pela operação adequada do sistema, bem como por garantir que as comunicações da contratante não sofram interrupções não justificadas.

h) Fornecer canal de atendimento através de Telefone, Chat, e-mail e chamados on-line;

i) Levar, imediatamente, ao conhecimento da Gestão Contratual, fatos extraordinários ou anormais que ocorrer na execução do objeto contratado;

j) Em casos de sistemas de comunicação, deve-se garantir que a contratada observe as melhores práticas de segurança da informação, especialmente se forem envolvidos dados sensíveis da contratante.

k)A CONTRATADA se compromete a disponibilizar equipe técnica qualificada para realizar a implantação completa da solução contratada, abrangendo todas as fases necessárias para a operacionalização dos serviços, incluindo, mas não se limitando a, instalação, configuração, testes e treinamentos iniciais, conforme cronograma acordado entre as partes.

l) Durante toda a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter equipe técnica especializada disponível para fornecer suporte técnico contínuo ao CONTRATANTE. O suporte deverá cobrir a resolução de problemas, manutenção corretiva e evolutiva, bem como atualizações e otimizações que se façam necessárias para garantir o pleno funcionamento da solução.

## **CLÁUSULA NONA – DOS CANAIS DE ATENDIMENTO E ABERTURA DE CHAMADOS**



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### 9.1. Disponibilização de Canais de Atendimento

9.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais formais de atendimento para registro, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos relacionados aos serviços contratados.

9.1.2. Os canais de atendimento deverão incluir, no mínimo:

9.1.2.1. Telefone, destinado ao registro de ocorrências, especialmente em situações críticas ou de indisponibilidade dos serviços;

9.1.2.2. Endereço eletrônico (e-mail) exclusivo para abertura de chamados técnicos;

9.1.2.3. Site institucional ou área web dedicada, que permita o registro e acompanhamento de solicitações técnicas.

### 9.2. NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA) E PRAZOS PARA RESOLUÇÃO DE CHAMADOS

9.2.1. Prioridade Crítica (P1): problemas que resultem na interrupção total do serviço ou grave degradação que afete a operação principal da Contratante.

- Tempo de resposta: 2 (duas) hora.
- Tempo de resolução: 4 (quatro) horas úteis, remotamente.
- Resolução in-loco: 24 (vinte e quatro) horas do chamado.

9.2.2. Prioridade Alta (P2): Problemas que causam uma degradação significativa do serviço, mas que ainda permitem a continuidade parcial da operação.

- Tempo de resposta: 2 (duas) horas.
- Tempo de resolução: 8 (oito) horas úteis, remotamente.
- Resolução in-loco: 24 (vinte e quatro) horas do chamado.

9.2.3. Prioridade Média (P3): Problemas que afetam uma função não essencial do serviço, sem causar interrupção ou impacto crítico nas operações principais da Contratante.

- Tempo de resposta: 4 (quatro) horas.
- Tempo de resolução: 16 (dezesesseis) horas úteis, remotamente.
- Resolução in-loco: 48 (quarenta e oito) horas do chamado.

9.2.4. Prioridade Baixa (P4): Questões que não impactam a operação, incluindo dúvidas, solicitações de melhorias, ou ajustes estéticos que não afetam a performance do serviço.

- Tempo de resposta: 8 (oito) horas.
- Tempo de resolução: 24 (vinte e quatro) horas úteis, remotamente.
- Resolução in-loco: 48 (quarenta e oito) horas do chamado.

#### 9.2.5. Definições:

9.2.5.1. Tempo de resposta: período entre a abertura do chamado pela Contratante e o primeiro contato da Contratada para início do diagnóstico do problema.

9.2.5.2 Tempo de resolução: período entre a abertura do chamado pela Contratante e a solução definitiva ou provisória implementada pela Contratada de maneira remota.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO

10.1. A Contratada será responsável por realizar treinamentos completos aos usuários finais da solução de telefonia IP, focando no uso correto e eficiente dos equipamentos instalados. Esse treinamento deverá ser ministrado no momento da implantação da solução, garantindo que todos os usuários compreendam plenamente as funcionalidades e operações dos dispositivos. Além disso, deverá ser fornecido um manual impresso ou digital, de fácil compreensão, que contemple todas as instruções necessárias para o uso dos equipamentos, procedimentos de solução de problemas básicos e boas práticas operacionais.

10.2. A Contratada também deverá ministrar um treinamento específico para o gestor da solução de telefonia IP, com duração mínima de 1 hora. Esse treinamento será focado





## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nas funcionalidades de gerenciamento da solução, cobrindo a configuração de usuários, monitoramento do sistema, geração de relatórios, solução de problemas técnicos e otimização de desempenho. O objetivo é capacitar o gestor para operar e supervisionar a solução de maneira autônoma, eficiente e segura.

10.3. Adicionalmente, a Contratada fornecerá um treinamento abrangente para os usuários da ferramenta de chat, com duração mínima de 1 hora. Esse treinamento deverá incluir tanto a utilização cotidiana da ferramenta quanto as melhores práticas para sua implantação.

10.4. A Contratada poderá, alternativamente, oferecer os treinamentos em formato de vídeo, desde que os materiais sejam claros, detalhados e de fácil assimilação. Os vídeos deverão estar disponíveis para consulta futura, facilitando o aprendizado contínuo e a resolução de dúvidas subsequentes. A Contratada deverá garantir que os vídeos contemplem todas as etapas de uso dos sistemas ofertados, apresentando também casos de uso práticos e exemplos que reflitam situações reais de operação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do presente contrato será recebido por agente público ou comissão de agentes, podendo contar com o apoio do(s) fiscalizador(es) do contrato ou assistido por terceiros, comprovando-se o atendimento de todas as exigências contratuais, confrontando o objeto que estiver sendo entregue com o objeto contratado.

**Parágrafo primeiro** Constatada divergência entre o objeto contratado e o objeto que estiver em procedimento de entrega, o recebimento não deverá ser realizado, e poderá ser instaurada diligência para obtenção de solução.

**Parágrafo segundo** O recebimento não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES**

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I . Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

III. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

b) Dar causa à inexecução total do contrato.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.





## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- c). Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

V Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- e) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

VI Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

VII A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

I - As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

II - A extinção do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**14.1** A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, comprometendo-se a tratar os dados pessoais da CONTRATANTE de acordo com as finalidades estabelecidas e com os requisitos legais previstos na referida legislação.

**14.1.1** A coleta, armazenamento e utilização dos dados serão realizados apenas conforme necessidade ou obrigatoriedade para a execução dos serviços contratados. (art. 7º, LGPD).

**14.2** No exercício de suas atividades, a CONTRATADA compromete-se a respeitar os princípios fundamentais estabelecidos pela LGPD, tais como finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, no tratamento dos dados pessoais da CONTRATANTE. (Art. 6º, LGPD).

**14.3** A CONTRATADA assegura a implementação de uma política interna de privacidade, visando garantir a confidencialidade e segurança dos dados pessoais da CONTRATANTE.

**14.3.1** Tal política será estendida aos seus funcionários e prepostos, com o objetivo de resguardar a integridade e a privacidade dos dados tratados no âmbito do presente contrato. (art. 50, LGPD).

**14.4** A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais da CONTRATANTE apenas pelo tempo estritamente necessário para a realização dos serviços contratados, conforme estabelecido pela LGPD.



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**14.4.1** Ao término da prestação dos serviços, os dados serão permanentemente eliminados, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

**15.** A cláusula de confidencialidade e sigilo estabelece as condições que o Operador deve observar no tratamento de dados pessoais dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ivoti, em conformidade com a LGPD.

**15.1** Para os fins deste, aplicam-se as definições constantes no art. 5º da LGPD, entre elas:

**15.1.1 Dado pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

**15.1.2. Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

**15.1.3 Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

**15.1.4 Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

**15.1.5 Encarregado:** Pessoa indicada pelo controlador e pelo operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

**15.2** O Operador se obriga a:

**15.2.1** Tratar os dados pessoais dos servidores públicos apenas para os fins específicos e determinados estabelecidos pelo Controlador, em conformidade com o art. 7º e 8º da LGPD;

**15.2.2** Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, conforme o art. 6º, inciso VII, e o art. 46 da LGPD;

**15.2.3** Garantir que os dados pessoais dos servidores públicos sejam tratados de forma transparente, segura e confidencial, conforme os princípios da LGPD estabelecidos no art. 6º;

**15.2.4** Não compartilhar os dados pessoais dos servidores públicos com terceiros sem a prévia autorização por escrito do Controlador, exceto em casos de obrigação legal ou regulamentar;

**15.2.5** Comunicar ao Controlador, de forma imediata, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais dos servidores públicos, conforme o art. 48 da LGPD;

**15.2.6** Eliminar ou devolver ao Controlador todos os dados pessoais tratados em nome deste ao término da prestação dos serviços, salvo se houver obrigação legal ou regulamentar de retenção, conforme o art. 15 e 16 da LGPD.

**15.3** O Operador deverá indicar um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme o art. 41 da LGPD, informando o nome e os dados de contato ao Controlador.

**15.3.1** O encarregado será responsável por:

**15.3.1.1** Receber as comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;

**15.3.1.2** Orientar os funcionários e os contratados do Operador a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;



MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**15.3.1.3** Executar as demais atribuições determinadas pelo Controlador ou estabelecidas em normas complementares.

**15.4** O Operador se compromete a manter sigilo absoluto, sobre todos os dados pessoais dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ivoti, não os divulgando, sob nenhuma forma, salvo mediante autorização expressa e por escrito do Controlador ou por força de obrigação legal conforme Art. 39, Inciso I,II (LGPD).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Ivoti para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

Estando justos e contratados, firmam o presente instrumento.

Ivoti, de ..... de 2026.

**ALEXANDRE DOS SANTOS**

Contratante

Contratado

Gestor do Contrato

Fiscal do contrato

Ciente e de acordo: Tomas Baumgarten Rost  
Procurador- OAB/RS 59.666